



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

OTANÍSIA AZEVEDO DA SILVA COSTA

**SITUAÇÕES DE CONFLITOS ENVOLVENDO O COMPORTAMENTO
DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE
EDUCAÇÃO MORAL**

**SALVADOR
2009**

OTANÍSIA AZEVEDO DA SILVA COSTA

**SITUAÇÕES DE CONFLITOS ENVOLVENDO O COMPORTAMENTO
DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE
EDUCAÇÃO MORAL**

Monografia apresentada ao Colegiado de
Pedagogia da Faculdade de Educação –
Universidade Federal da Bahia, como requisito
para conclusão de Curso de Pedagogia.

Sob a orientação do Professor. Dr. Miguel
Angel Garcia Bordas.

SALVADOR
2009

OTANÍSIA AZEVEDO DA SILVA COSTA

**SITUAÇÕES DE CONFLITOS ENVOLVENDO O COMPORTAMENTO
DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE
EDUCAÇÃO MORAL**

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia, como requisito Para conclusão do Curso de Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Miguel Angel García Bordas.
Orientador

Professor

Professor

As conseqüências da ausência de virtudes e valores se fazem sentir em todas as esferas sociais, por isso resgatar as coisas simples e verdadeiras, que estão cheias de virtudes e valores, é um caminho viável e seguro, uma bússola a orientar nossa conduta num mundo cheio de descobertas.

Guimarães Rosa.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a todas as pessoas que me ajudaram a concretizar esse trabalho, especialmente:

A Deus, por estar sempre ao meu lado.

Ao professor Miguel Bordas, pela sua paciência, estímulo e compreensão.

A minha família, que me acompanhou ao longo desse processo.

Aos educadores das escolas pesquisadas, pela colaboração na conclusão deste estudo.

Dedico este trabalho aos meus filhos queridos,
Jorge Otávio, Gustavo e Stephanie pelo carinho e
compreensão dados durante os momentos difíceis.

RESUMO

Atualmente as crianças da educação infantil vêm manifestando comportamentos geradores de conflitos, expressam atitudes relacionadas com agressividades, falta de limites e valores morais, isso tem sido motivo de grande preocupação para os educadores. Haja vista que, as conseqüências dessas condutas presentes na sala de aula, além de prejudicar a convivência e interação do grupo, também, dificulta o processo de ensino/aprendizagem. Diante disso, a proposta que apresento para estudo tem como foco, discutir sobre situações de conflitos que envolvem o comportamento moral das crianças, sugerindo um trabalho pedagógico com educação moral, visando, sobretudo, construir um ambiente favorável para discussão de valores e estabelecimento de limites. Contudo, a fim de compreender melhor o problema foi necessário realizar uma pesquisa comparativa em duas escolas públicas uma Comunitária e outra Municipal de educação infantil na cidade de Salvador, Os resultados da pesquisa apontaram a urgência e necessidade não só da escola, mas, também as famílias interagirem nesse processo de construção. Nesse sentido, a proposta de se trabalhar com educação moral com crianças, não tem por objetivo imposições, nem intuito de obter “comportamentos adequados”, mas, refletir e compreender que as normas, noções de limites e valores morais são necessários como parâmetros de orientação, de princípios mínimos de convivência humana e em grupo, como o respeito à vida e ao outro, a dignidade do indivíduo, e para saber lidar melhor com estes princípios, que em circunstâncias concretas estarão presentes em todos os momentos da vida da criança e posteriormente quando adultos.

Palavras Chaves: Conflitos, Limites, crianças, Valores, Educação Moral.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 AGRESSIVIDADE E FALTA DE LIMITES NAS CRIANÇAS: AMBIÊNTES DE INFLUÊNCIA	16
1.1 A SOCIEDADE	17
1.2 OS PAIS	19
1.3 A ESCOLA	22
1.4 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	24
2 OS LIMITES, UMA QUESTÃO ESSENCIAL	27
3 EDUCAÇÃO MORAL: INTERAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA	32
4 RESULTADO	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	

INTRODUÇÃO

A visão sobre a infância, agora, como um período específico pelo qual todos passam é uma construção definida no momento presente. A questão de que todos os indivíduos nascem bebê e serão crianças até determinado tempo, independente da condição vivida, é inegável, entretanto, tal premissa nem sempre foi percebida dessa maneira e por diversos períodos se questionou o papel da criança em toda a sua história.

Na sociedade contemporânea, fala-se da infância, como um sentimento atrelado à condição de vida, isto é, dependendo da situação social de cada criança, a infância é qualificada como, boa ou ruim, presente ou ausente. Ocorre um discurso comum que identifica a pessoa da criança como sujeito de direitos, reflexos das políticas de valorização da infância, nesse sentido, a criança deve ser preservada e educada em função de uma sociedade melhor.

No entanto, atualmente percebe-se que as crianças vêm manifestando comportamentos causadores de conflitos, que geralmente, estão associados à falta de limites e valores morais, isso, têm sido motivo de grande preocupação para os educadores.

Observa-se que tanto meninos, quanto meninas estão a cada dia mostrando-se mais indisciplinados e agressivos com seus colegas na escola ou em brincadeiras do seu cotidiano, dando a impressão de que tanto a família como a escola, consideradas as primeiras instâncias encarregadas da educação, já não dão mais conta de resolver tantos conflitos e agressões geradas no contexto dessas crianças.

No cotidiano escolar sabe-se que são comuns as situações de conflitos envolvendo professores e alunos. Segundo Galvão (1998, p.104), turbulências e agitação motora, dispersão, crises emocionais, como agressões, desentendimentos entre alunos e destes com o professor, são alguns exemplos de dinâmicas conflituais que, com frequência, deixam a todos desamparados e sem saber o que fazer. Irritação,

raiva, desespero e medo são manifestações que costumam acompanhar os educadores.

O interesse por esse tema Situações de conflito envolvendo o comportamento das crianças na educação infantil: *Reflexões sobre Educação Moral*. Surgiu quando cursava a disciplina Pesquisa e Prática pedagógica, no qual fazia trabalhos de observações nas salas de aulas de educação infantil sobre posturas e atitudes de professores/alunos. Entretanto, o fator determinante na escolha do tema, foi quando assumi temporariamente, uma turma com 21 crianças, de 5 e 6 anos, na rede Municipal de Educação de Salvador. Nesta turma constatei que 30% dos alunos tinham atitudes de rebeldia, desrespeito, agressividades, brigas, xingamentos, dispersão, além de outros. Que dificultava o trabalho pedagógico, e causavam sérios problemas na convivência com o grupo. Diante disso, percebi a carência por um trabalho pedagógico que favorecesse o desenvolvimento de uma educação moral e o estabelecimento de limites nas crianças.

Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho é discutir sobre questões geradoras de conflitos que envolvem o comportamento moral das crianças, assim como, sugerir um trabalho de educação moral com as crianças da educação infantil, visando, sobretudo, construir na sala de aula, um ambiente favorável para discussão de valores e estabelecimentos de limites.

Com isso, a partir do ponto de vista da filosofia Kantiana, desde que a criança já possa pensar e comunicar seus pensamentos deverá ser orientada na aquisição de sua dignidade e na conduta moral para com os demais, através da educação, que deverá se conduzir de forma reflexiva para que não faça somente o que é bom, mas, o faça porque é justo.

Qualquer ação do homem deve ser precedida pelo pensamento. As crianças precisam aprender a pensar para que não ajam de forma inconseqüente. O pensamento é a dimensão interior da ação humana e só pode ser desenvolvida pela educação. O pensamento diz respeito aos princípios dos quais as ações emanam. Se ensinar a criança a pensar estar se cuidando para a moralidade, para a ação correta, relacionada á autêntica realidade. O pensamento a conduz por caminhos mais seguros. (KANT, 1980, p.57).

Para La Taille (1999), o conceito de moral entende-se pelo:

[...] conjunto de deveres derivados da necessidade de respeitar as pessoas, nos seus direitos e na sua dignidade. Logo, a moral pertence á dimensão da obrigatoriedade, da restrição de liberdade e de como deve se agir.

A educação moral de acordo com Bicudo (1982, p15) tem sido encarada, tradicionalmente, pelo menos, segundo duas perspectivas diferentes, primeiro como um processo de transmissão cultural, através do qual, o indivíduo introduz hábitos, costumes, normas e regras culturais aceitas como válidas por um grupo ou sociedade. E outro, como um processo que auxilia a pessoa a discernir e a esclarecer os valores que lhes são significativos, condicionando suas decisões morais ás circunstancia ou situações vividas por cada um em contextos específicos.

Durkheim (1858-1917), ao tentar explicar o surgimento de conflitos, adota uma posição que rejeita as interpretações biológicas ou psicológicas do comportamento dos indivíduos, este, focaliza os determinantes sócio-estruturais na explicação da vida e dos problemas sociais. Para ele, existem "*atos sociais*" que são assunto da sociologia e que influenciam e condicionam as atitudes e os comportamentos dos indivíduos na sociedade.

Durante o século XX, três grandes correntes teóricas deram o tom as pesquisas psicológicas sobre moralidade e, também ás práticas pedagógicas: A teoria psicanalista, com Freud; a teoria behaviorista de Skinner e a teoria interacionista de Piaget, Vygotsky e Wallon.

A pesquisa original de Freud, embora tenha desenvolvido a partir da análise de pacientes adultos, desde o início as questões relativas á infância nortearam as suas hipóteses para o estabelecimento de uma teoria geral da subjetividade.

Para Freud (1969), a instância psíquica responsável pelo sentimento de dever é o superego, que se forma durante as peripécias do complexo de Édipo (por volta dos 5 anos de idade). Para ele, a criança seria, por natureza, essencialmente anti-social porque está inclinado a sempre saciar seus desejos. Sua educação, e decorrente entrada no mundo da cultura exigem que ela renuncie a certos desejos.

Dessa forma que a criança vai elaborando seus códigos de comportamento, conforme experimenta a satisfação ou não de suas necessidades em contato com o mundo externo e as pessoas. O seio materno, a descoberta dos órgãos genitais, os conflitos com as figuras do pai e da mãe, as necessidades orgânicas, a troca de experiências cotidianas e simbólicas que representarão o referencial para a formação da personalidade da criança.

A moral nesse sentido é vista como repressora, indo de encontro às tendências “*naturais*” dos indivíduos. As proibições sociais acabam sendo internalizadas, a partir de processos de identificação, especialmente em relação á figura dos pais, formando o superego que acaba por controlar a consciência com seus imperativos e suas punições (essencialmente, o sentimento de culpa). A educação é vista, portanto, como um processo de “*fora para dentro*”, por um processo de aculturação no qual o indivíduo tem pouca participação.

Segundo Skinne apud Puig (1998, p.15), o comportamento moral explica-se pela eficácia dos reforçadores sociais. A sociedade recompensa o que ela considera bom e castiga o que considera ruim, e este jogo de condicionamentos explica a presença ou ausência de comportamentos morais. Assim como Freud, a educação moral é vista como imposição da cultura em relação à criança, e o individuo tem pouca participação na edificação de sua moral.

A corrente behaviorista, encara a criança como uma massa amorfa sujeita a um treinamento que pode ser adequado ou não. A criança poderá ser condicionada para qualquer papel ou função, desde que treinada a reagir satisfatoriamente aos estímulos, problemas ou obstáculos. Nessa ótica, os atos e pensamentos são reflexos ordenados ou não, aos estímulos do qual recebe.

Para Piaget (1977), pelo contrário, a criança participa ativamente de seu desenvolvimento moral, pois é nas suas interações com a sociedade que ela constrói valores e regras. Diferentemente de Freud, Piaget censura dizer que a criança seja movida por impulsos egoísta e destrutivo que devem ser severamente reprimidos. O psicólogo Suíço pensa que tal interpretação comete o erro de projetar na criança sentimentos adultos.

Portanto, para ele, encontra-se na criança pequena, tanto tendências a saciar desejos próprios quanto tendências a estabelecer relações de reciprocidade que ele chama de espontânea. E diferentemente, de Skinner, Piaget não acredita que os comportamentos morais sejam redutíveis a simples hábitos. Suas pesquisas o convenceram de que os valores e as regras passam pela consciência e de que é justamente a qualidade da assimilação racional deste que determina morais diferentes.

Piaget (1977), argumenta que o desenvolvimento da moral na criança passa por uma fase pré-moral, caracterizada pela *anomia* (*ausência de regras e normas*), coincidindo com o “egocentrismo” infantil, e que vai até, aproximadamente 4 a 5 anos. Gradualmente, a criança vai entrando na fase da moral *heterônoma* (*cumprimento de ordens, impostas coercitivamente, obediência*) e caminha para a fase *autônoma* (capacidade de governar a si mesmo).

O psicólogo Francês Henri Wallon, em suas pesquisas, faz referências, em sua obra “Origens do caráter na criança” (1945), no qual privilegia analisar a ação do comportamento emocional das crianças.

Segundo o autor, o desenvolvimento infantil é um processo pontuado por conflitos. Conflitos de origem exógenos, quando resultante dos desencontros entre as ações da criança e o ambiente exterior, estruturado pelos adultos e pela cultura. De natureza endógena, quando gerados pelos efeitos da maturação nervosa. Até que se integrem aos centros responsáveis por seu controle, as funções recentes ficam sujeitas a aparecimentos intermitentes e entregues a exercícios de si mesmas, em atividades desajustadas das circunstâncias exteriores. Isso significa que a criança

desorganiza, conturba, as formas de condutas que já tinham atingido certa estabilidade na relação com o meio.

Coerente com seu referencial epistemológico, para o qual a contradição é constitutiva do sujeito e do objeto, Wallon apud Galvão (1998, p.107) vê os conflitos como propulsores do desenvolvimento, isto é, como fatores dinamogênicos, e também, como uma construção progressiva em que se sucedem fases com predominância alternadamente afetiva e cognitiva.

Na teoria evolutiva de Vygotsky (1998), a criança alcança capacidades autorreguladoras por intermédio de uma manipulação ativa do ambiente, com o uso de sinais. Esta manipulação ativa do ambiente leva, em última instância, ao controle do próprio comportamento da criança. A lógica de Vygotsky, neste caso, trás a tona uma questão muito importante: Como a manipulação do ambiente externo leva a criança a obter controle sobre seu próprio comportamento?

Vygotsky respondeu a esta questão argumentando que os sinais têm a propriedade da “*ação reversa*”. Os sinais, diferentemente dos instrumentos, não mudam as propriedades objetivas do ambiente externo, mas, em vez disso, alteram as operações dos sujeitos sobre aquele ambiente, muito embora os sinais possam ser considerados como “instrumentos” para a atividade cognitiva da criança, distinguem-se dos instrumentos de forma muito substanciais, sobretudo, o signo muda a natureza e a estrutura da atividade em si. Vygotsky. (1978, p.40).

Nessa mesma perspectiva, a partir da compreensão da natureza social e simbólica da ação humana, segundo Bordas (2000), percebe-se que o comportamento moral se desenvolve processualmente no contexto de interações dos sujeitos. E esse contexto, ou meio sócio-cultural estrutura os modos de pensar e agir dos indivíduos (crianças), ao passo que também é estruturado pelo mesmo.

Um comportamento moral não é, e, nem pode ser considerado como algo próprio de uma virtude que indivíduo isolado tem, mas como algo que se configura e desenvolve dentro de um meio sócio-cultural que, podemos dizer, não é apenas um contexto, um marco, mas é o próprio elemento constitutivo. (BORDAS, 2000, p.14).

Portanto, a educação recebida na família, na escola, na sociedade, e pelos meios de comunicação, de um modo geral, cumpre um papel primordial nos processos de formação dos conhecimentos, habilidades, de raciocínio e procedimentos comportamentais de cada sujeito.

Partindo desses princípios, considero urgente e de fundamental importância às questões aqui abordadas, pois, trará elementos essenciais que possibilitarão aos educadores refletirem suas ações, e ao mesmo tempo, sensibilizá-los quanto a desenvolver um trabalho consciente de educação moral, buscando melhorar os conflitos, a convivência na sala de aula e, portanto, o processo de ensino/aprendizagem.

Desse modo, dividir o estudo em quatro momentos, O primeiro momento apresenta-se a agressividade nas crianças, como uma consequência da falta de limites, características que efetivamente, provocam sérios problemas (conflitos) de abrangência geral. Também, enfatizou-se alguns ambientes de influência (sociedade, pais, escola e meios de comunicação) que provavelmente, possibilitam o desenvolvimento desses comportamentos.

No segundo, falou-se sobre concepções a cerca dos limites, e, o porque de estabelecê-los nas crianças, considerando-se fundamental, e que precisa ser estimulados dentro do contexto familiar e no contexto pedagógico. Haja vista, que hoje, a liberdade nas crianças é grandemente incentivada de forma que tem prejudicado as relações das mesmas no meio social.

Já no terceiro momento, identificou-se a importância da comunicação entre a família e a escola (professor), no processo de desenvolvimento moral das crianças. Fica evidente a necessidade de se estabelecer um vínculo de respeito, responsabilidade e cooperação entre ambas, visando não só melhorar a educação intelectual das crianças, como também, moral, ajudando na construção dos limites e valores necessários para boa convivência e sucesso pedagógico.

O último momento foi apresentado o resultado de quatro entrevistas com educadores da educação infantil de uma escola comunitária, e outra Municipal. Nesta entrevista procurei saber como as educadoras lidam com situações de conflitos? Quais as conseqüências sentidas na sala de aula? Se elas desenvolvem alguma estratégia? Quais as suas percepções quanto à possibilidade de desenvolver um trabalho de educação moral, que vise a construção de valores e estabelecimento de limites desde cedo com as crianças?

A metodologia utilizada foi à abordagem qualitativa, através de perguntas feitas de forma descritiva, absorvendo informações e relatos das entrevistadas. Participaram dessa entrevista, duas professoras de educação infantil e duas coordenadoras. Sendo necessárias quatro visitas, duas na escola comunitária e em seguida mais duas na escola municipal, visando realizar um estudo comparativo sobre suas práticas em relação ao problema.

1 AGRESSIVIDADE E FALTA DE LIMITES NAS CRIANÇAS: AMBIENTES DE INFLUÊNCIA.

Segundo Sagury (2001), saber impor limites, e como o fazê-lo, também é fundamental para minimizar a agressividade infantil, a falta provoca na criança a sensação de abandono ou de estarem livres, causando a ilusão que pode tudo. Os pais muitas vezes tentam querer livrar seus filhos de toda forma de pressão e terminam por deixar que façam tudo, portanto, os efeitos disso, são comportamentos indisciplinados e agressivos, que se reproduzem na escola (sala de aula) e em outros lugares. Que nem os educadores e mesmo os próprios pais conseguem lidar.

Mussem *et al apud* Silveira (2003) coloca a agressão como:

[...] comportamento que ofende ou tem o potencial de ofender uma pessoa ou objeto. Podendo ser um ataque físico, como bater, chutar, morder, ferir, e ataque verbal, como, por exemplo, xingar, gritar, depreciar e etc.

Estes comportamentos nocivos aos outros, é considerado agressão, principalmente quando a criança tem a intenção, sabendo que tal atitude ou ação pode magoar ou machucar alguém.

Freud (1969), ao explicar as reações agressivas em sua teoria da personalidade, já dizia que, ao nascer, o homem tem apenas a primeira estrutura, o Id, que representa os instintos. Pouco a pouco vai se formando a segunda estrutura, o Ego, que na busca do prazer, responde com ansiedade a toda situação esperada ou prevista de desprazer. A criança pequena praticamente dominada pelo principio do prazer, buscando a satisfação imediata de suas tensões, quando, esta satisfação cessa, a criança reage emocionalmente, chorando ou dirigindo suas reações para o obstáculo que a impede de obter o que deseja.

Provavelmente, entre dois e três anos de idade, fantasias agressivas são inatas e instintivas a criança, visível através do brincar, também é comuns crianças nessa idade apresentarem atitudes agressivas em relação aos adultos e outras crianças para conseguirem algo, esses comportamentos é denominado de manipulativo, isto

é, a criança agride para alcançar determinados fins. Porém, se essas condutas persistirem por longo tempo poderá se transformar em um problema mais sério e de difícil convivência.

Estudos e pesquisas em Psicologia têm se aprofundado nos fatores sociais e interpessoais que fazem a criança se comportar agressivamente. As formas e graus da agressão encontrados dependem de muitos fatores, como por exemplo, a intensidade do seu sentimento de raiva; O grau de frustração a que foi submetido; Também os reforços que recebe pelo seu comportamento agressivo, a observação e imitação de modelos agressivos no seu contexto de relação, e, o nível de ansiedade e culpa associado à expressão da agressão.

Conhecer como funcionam esses mecanismos, é o primeiro passo para compreender o problema, entretanto, sabe-se que o assunto envolve muitas variáveis, porém, é necessário, que pais e educadores entendam que o comportamento agressivo, indisciplinado, não surge do nada, em grande parte ele é constituído da interação social. Portanto, logo cedo, nas primeiras atitudes, é de extrema importância a intervenção, através do diálogo (comunicação) com a criança, do estabelecimento de limites, mostrando a ela comportamentos positivos, construir situações que possibilite desenvolver atitudes afetivas de respeito e amigável.

1.1 A SOCIEDADE

Durkheim (1974), ao retratar o indivíduo inserido na sociedade, evidentemente, sabia da existência de fenômenos tais como conflitos sociais, crises, marginalidade, criminalidade, suicídio, etc. “*Nem tudo nas sociedades é integração, consenso e harmonia*”. Mas, para ele, essas formas de “*desvios sociais*” não eram conseqüências da perversão ou de aberrações dos indivíduos; eram, sim, conseqüências da própria estrutura social que, enfraquecida, produzia um estado de anomia, isto é, um estado de enfraquecimento ou ausência de leis e normas.

Sem normas claras, os indivíduos não sabem como agir e se entregam à ganância, às paixões, ao crime e mesmo ao suicídio. Numa sociedade fraca, o indivíduo perde o norte e os processos de socialização e internalização de normas se tornam

ineficientes. A sociedade fica, então, ameaçada por não impor limites aos indivíduos, que Durkheim, concebia como cheios de desejos ilimitados.

“Atualmente vivemos uma crise de valores, crise esta, entendida muito mais como uma indefinição dos valores do que propriamente ausência de valores”. (LA TAYLLE, 1998, p.07). Quando se fala em crise de valores, queremos apontar para o fato de que a sociedade se transforma rapidamente e com ela mudam também os valores, porém essa mudança muitas vezes, não se processa de forma completa e as pessoas não conseguem distinguir quais valores positivos correntes que devem ser assimilados e incorporados.

A falta de regras, normas e referenciais morais e éticos nessa atual sociedade, evidência também a ausência de uma educação moral sólida, o que em consequência, reflete no comportamento das crianças, porque estas reproduzem e imitam tudo aquilo que é produzido pela sociedade e pelos adultos que lhe servem de modelos.

Desse modo, questiona-se sobre quais valores e referências a sociedade contemporânea, e suas instâncias, como a família, a escola, os meios de comunicação, e outras, estão transmitindo as novas gerações? Percebe-se hoje, não só no contexto escolar, mas em outros ambientes de convivência que as crianças demonstram não terem limites, não serem responsáveis pelos seus atos, achando que pode e deve fazer tudo o que querem.

É bem possível com esses aprendizados que a sociedade transmite, esteja de fato formando “crianças” com características negativas, tais como: ausência de valores, de afetação, agressividade, individualista, intolerantes, desobedientes, depressivas entre outras.

Um fato social atualmente preocupante de grande repercussão, e que, muito tem influenciado no comportamento das crianças, é a violência, que se expande fora e dentro da escola, constituindo-se naquilo que é vivenciado no seu dia a dia, em casa, nas ruas, nos noticiários da TV.

Portanto, podemos considerar que a violência, assim como a agressividade presente nas crianças, é decorrente de diversos fatores psicossociais. Entre os quais, internos e externos ao indivíduo. Aspectos relacionados aos valores morais, biológicos, econômicos, culturais, políticos e ideológicos.

Para Milani (2003), analisa a violência na sociedade como:

[...] Um fenômeno multicasual e multidimensional, que se manifesta por expressões grupais, individuais e/ou institucionais, e cujo enfrentamento exigirá mudanças culturais, sociais, econômicas, morais, por parte de todos. (MILANE, 2003, p.39).

Sendo assim, conclui-se que a criança que presenciam e convivem numa sociedade onde prevalecem os atos de violência, como homicídios, torturas, assaltos, roubos, destruição de patrimônios e de pessoas, no qual tudo é resolvido na base de brigas, socos, pontapés, tiros e outros. É justificável que elas, também manifestem atitudes semelhantes (agressividade) ou também poderá ocorrer o contrário, repúdio, fobia, insegurança.

Essa realidade gritante mostra que os adultos de hoje, a sociedade como um todo, isso quer dizer, educadores, pais, poder político, religiosos. Precisam repensar as mensagens que as crianças estão recebendo e formando suas personalidades, haja vista, que as crianças e os jovens são a esperança de um mundo melhor, de uma sociedade mais humana e solidária, e conseqüentemente, menos violenta e menos egoísta. É necessário estimular a essa nova geração a terem atitudes de responsabilidade, a valorizar os princípios éticos e morais, que saibam os seus direitos, mas, também seus deveres, que evoluam mais equilibrados emocionalmente, em especial que saibam tolerar frustrações sem terem ataques de violência.

1.2 OS PAIS

O relacionamento entre os pais e filhos é de extrema importância na formação da personalidade da criança. Diante disso, ele pode criar marcas altamente positivas,

como pode deixar registros negativos que influenciarão na formação do caráter, também, essa relação, determinará o tipo de comportamentos e atitudes que as crianças terão em futuras situações.

A fim de entender esse processo, considera-se a criança sujeito de sua ação. Em um primeiro momento, pode-se encontrar uma família (pais), cuja dinâmica se articula em torno de muitas proibições, castigos, mas em meio a um ambiente rico de carinho e afeição. Este é um ambiente propício ao desenvolvimento de crianças com alto nível de dependência dos pais ou responsáveis. A agressividade é reprimida e a criança se torna dependente, pouco criativa, mas obediente. Porém, é justamente esta obediência cega decorrente da punição aleatória que camufla o mal que tal dinâmica familiar esconde.

O castigo também pode tornar a criança mais cuidadosa ao cometer uma falha, ou hábil em escondê-la. As crianças punidas com mais frequências muitas vezes ficam mais perdidas, deixando de ser mais honestas ou responsáveis. (SAMALIN e JABLOW, 2000, p.73).

Em outra perspectiva, encontra-se um ambiente cujas bases são a punição com agravante de ausência de afeto, ou seja, um local que se caracteriza pela hostilidade. Neste caso, os pais reprimem sistematicamente a agressividade do filho com mecanismo rígidos de controle, regulados pela disciplina e castigo, seguidos de humilhação e bombardeios ferinos. O resultado será insegurança, timidez, introspecção e toda a carga hostil do ambiente a criança canaliza para o seu próprio corpo. A agressividade genuína que deveria orientá-lo no seu relacionamento com o mundo degenera numa implosão emocional.

Estes relacionamentos marcados por muitas imposições, pouca ou nenhuma afetividade se manifestam em crianças com tendências a agredirem a si próprias, além de manifestarem outros atos agressivos, com outras pessoas e inclusive patrimônios.

A violência doméstica é um fator que pode também, exercer uma influência decisiva no comportamento. Crianças que assistem a cenas de violência em casa ou que são vítimas de agressões dos pais podem aprender que essa forma é aceitável e normal de lidar com a raiva e com frustrações.

Existem algumas condutas de pais, que podemos chamar de condutas de risco para o desenvolvimento de padrões agressivos nas crianças. De acordo com Moreno e Cubero (1995), identifica na literatura especializada diferentes estilos de práticas educacionais de pais, que são determinantes na constituição dos comportamentos das crianças.

Chamam-se de “pais autoritários” aqueles que, além de serem pouco comunicativos e afetuosos, são bastante rígidos, controladores e restritivos quanto ao nível de exigência de seus filhos. Valorizam a obediência as normas e regras por eles definidas, e não se preocupam em explicar às crianças as razões destas imposições nem consultá-las a cerca do assunto. Diante da transgressão por parte da criança, fazem uso de severas ameaças, do castigo físico e de outros.

Os “pais permissivos” são os que têm enorme dificuldade em exercer algum tipo de controle sobre a criança. Conseqüentemente, são bastante tolerantes e até mesmo indulgentes em relação aos desejos, atitudes e impulsos infantis. Normalmente numa situação de conflito, teimosia ou birra, não estabelecem limites e parâmetros. Além da marcante ausência de regras e normas capazes de nortear as ações cotidianas da criança. Estes exemplos de condutas dos pais formam crianças problemáticas, sem limites e conseqüentemente, também agressivas, quando algo lhe é negado.

Segundo Paiva (1999), existe “pais ausentes ou omissos”, que são aqueles distantes que tem pouco ou nenhum contato afetuosos, que às vezes estão presentes fisicamente, porém, são indiferentes para os filhos, podendo desenvolver em seus filhos uma relação de afastamento, caracterizado por sentimento de amor/ódio muito forte, sendo um dos principais fatores de frustração.

Ao contrário dos omissos, “os pais superprotetores”, são pais extremamente presentes que superprotegem e inibem a liberdade de expressão dos filhos, podem gerar a idéia de que eles são inatingíveis, o centro do mundo. Este egocentrismo gera quase sempre um comportamento agressivo contra as figuras hierarquicamente superiores, pois é difícil seguir ou obedecer a normas e regulamentos.

Para o autor, os pais agressivos, são aqueles que usam o bater, como forma pedagógica ou que agredem para impor respeito, podem estar gerando na criança uma repetição ampliada deste comportamento.

Na perspectiva das autoras Moreno e Cubero (1995), também apresentam o modelo de pais considerado ideal, como por exemplo, “os pais de estilo democráticos”, por sua vez, parecem conseguir um maior equilíbrio entre a necessidade de controlar e dirigir as ações infantis. São pais que apresentam níveis altos de comunicação, afetividade e normalmente estimulam as crianças para que expressem suas opiniões sobre determinados aspectos nos quais afetam, apesar, de demonstrarem flexibilidade e esforço em compreender o ponto de vista de seus filhos, conseguem estabelecer regras e limites claros, cujos motivos são freqüentemente explicados, mantidos de forma consistente, conseguindo assim, um comportamento adequado às condições e possibilidades das crianças.

1.3 A ESCOLA

A escola é considerada um ambiente especialmente organizado para o aprendizado e socialização das crianças. Esse pressuposto requer uma reflexão sobre a função da escola hoje, de educar e preparar a criança para o ingresso na vida adulta e na sociedade, mas antes de tudo, á de se compreender que por trás desse aluno que chega na escola, há um sujeito subjetivo e social que está inserido em um determinado ambiente, se relaciona com outros, portanto, participa da sua cultura. Sendo assim, a criança chega ao espaço escolar com percepções e valores do mundo que a cerca, portanto, seus comportamentos são reflexos desse mundo, e é na sala de aula que elas manifestam suas expectativas, e também, frustrações.

Então a agressividade, a falta de limite, os valores nas crianças, é interpretada muitas vezes no contexto escolar, como forma de indisciplina, de crianças mal educadas, distúrbios psicológicos, filhos de famílias desestruturadas e outros. Os pais por outro lado, também, reclamam das constantes agressões sofridas pelos filhos na escola. São fatos reais, não se pode negar, porém, o que se percebe é que tanto a escola, quanto os pais, procuram culpados para justificar essas condutas nas crianças.

Sem desconsiderar a existência de fatores externos que influenciam nas relações de conflitos no ambiente escolar, evidencia-se que é no próprio espaço da escola onde se constituem muitas manifestações de indisciplina e agressividade, particularmente ligadas ao sistema de organização escolar e postura dos professores. Partimos das regras escolares, que muitas vezes são impostas para as crianças, mas não são claras. A escola é responsável pelo estabelecimento e pela clareza das normas. O não entendimento da mesma pode gerar descontentamento e rebeldia.

Á medida que a escola vigia e pune a criança nessas circunstancias, confirma que sua atitude autoritária é irregular e alheia ao esperado por ela, assim, ele assume a posição de excluído e não adequado ao ambiente escolar (FOUCAULT apud SILVA, 1998).

Dessa forma a escola quase sempre, contribui para que aumente ainda mais os comportamentos agressivos nas crianças, muitos ambientes escolares através de algumas práticas pedagógicas, estimulam e reforçam a rivalidade e a competição, podendo assim, gerar nas crianças e adolescentes sentimentos expressos de diversas maneiras, como de exclusão, ansiedade e dificuldades de integração com o grupo. Em virtude disso, condutas agressivas podem se tornar à única forma de resolver conflitos.

Para Vasconcellos (2001) *“o ato pedagógico é o momento de emergir das falas, do movimento, da rebeldia, da oposição, da ânsia de descobrir e construir juntos, professores e alunos”*. Entretanto, grande parte dos professores não sabe lidar com crianças em determinadas situações de turbulências na sala de aula, porque, não estão preparados e tão pouco abertos ao diálogo, como uma forma de intervenção pedagógica. Então, apegados a modelos pedagógicos ditatoriais e incoerentes, compromete de certa forma, a dinâmica do grupo e reforçam condutas de agressões.

Diante dessa também supostas “crises” na educação escolar, seja do ponto de vista da orientação pedagógica, da autoridade docente, do perfil da criança, ou do seu mau comportamento, o fato é que vivenciamos uma nova era na educação escolar. Por isso, torna-se fundamental e emergente uma posição dos educadores a respeito

de quais alunos querem formar e uma postura consciente a cerca da visão que tem de sua ação pedagógica.

Se os professores mostram dificuldade em estabelecer relações entre suas concepções e práticas e os comportamentos dos alunos, isso quer dizer que eles não entendem que o sentido das coisas é mediado por um conjunto de representações historicamente construídas, presentes em seus discursos. (PAPPA, 2004).

Sobretudo, ainda não percebem que seus discursos, como uma maneira positivista de ver, analisar, ou mesmo intervir na realidade, não estão mais dando conta de encaminhar as questões concretas. Ao agir dessa forma, provavelmente, os professores não vão demonstrar clareza sobre suas ações, nem saber quais alternativas podem ser utilizadas para solucionar um problema difícil, como, por exemplo, agressividade, indisciplina, dificuldade de aprendizagem, entre outros, mesmo porque, embora eles convivam hoje com as diferenças entre os alunos, ainda trazem uma representação ligada ao passado, idealizando cada vez mais uma sala de aula homogenia e comportada.

1.4 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Atualmente desde muito cedo as crianças assistem aos programas de televisão, tem acesso ao computador (internet), aos jogos de vídeo games, escutam às músicas do momento transmitidas pelas rádios, freqüentam as salas de cinemas, estão atentas aos noticiários e propagandas, dentre outras informações e imagens carregadas de significados que se constituem em ações e saberes. Desse modo, as crianças imprimem características ao seu modo de ser, estar e se comportar na sociedade a partir do contato com os diferentes meios de comunicação ao qual se tem acesso.

No entanto, é a televisão e agora, a internet, que as crianças utilizam não apenas, com a finalidade de se instruírem (educação), mas, como meio de entretenimento (diversão, lazer). À medida que passa a maior parte do seu tempo contatando com estes poderosos aparelhos, seus programas, filmes, jogos e desenhos animados, as crianças vão interiorizando modelos de comportamentos e mesmo valores, que tendem a imitar. Este fato pode torna-se perigoso porque a criança não ver através

desses meios o seu próprio mundo, nem mesmo a representação do mundo real no qual convivem.

Para Puig (1998, p.16), hoje, deve-se dá especial atenção aos meios de comunicação, notadamente, a televisão, que, literalmente, invade os lares com seus discursos, modelos, cenas, informações que não deixam de participar da formação moral das crianças.

Segundo Guareschi (1998, p.90), a televisão se coloca diante da criança como objeto total, que não frustra, não abandona; capaz de fazer cessar tensões internas. *“Um objeto de produção contínua de presença e de discurso”*.

Para Ferrés (1996), ao afirmar que:

A televisão permite que a criança escolha o material dos seus sonhos. Por outro lado, a criança precisa dos valores do espetáculo, o adulto também precisa desses valores, mas, a necessidade da criança é maior. Ela precisa de gratificação sensorial que todo o espetáculo proporciona. Precisa alimentar a fantasia e imaginação por intermédio da fabulação. E precisa libertar os seus conflitos e tensões internas, via mecanismo de identificação e de projeção. (FERRÉS, 1996, p.102).

Com isso, percebe-se que as crianças estão mais vulneráveis e susceptíveis de influências de personagens concebidos como heróis, que apresentam em seus comportamentos ações sem limites, violentas e agressivas, assim, elas imaginam e reproduzem as falas, os gestos e atitudes, sem qualquer pensamento criativo ou reflexivo, isso pressupõe que crianças espectadoras assíduas de violência nos meios de comunicação podem aprender que a agressão é um meio bem sucedido e aceitável para atingir fins e resolver problemas, da mesma forma que o fazem seus heróis. Isso faz sentindo nas condutas manifestadas dentro da sala de aula.

Em uma pesquisa divulgada recentemente nos Estados Unidos, pela Universidade de Michigan, realizaram uma comparação da violência vista pelos pequenos na TV, com a praticada por eles na vida adulta. Entre 1997 e 1978, foram feitas 557 entrevistas com crianças entre seis e dez anos. O objetivo era saber quais os programas preferidos e com que freqüência assistia. Quinze anos depois, os pesquisadores voltaram a 329 delas e compararam as informações prévias com uma

análise de seu comportamento, concluíram que meninos e meninas que tiveram maiores exposições a cenas de violência tornaram-se mais agressivas¹.

Outro aspecto importante, quanto os efeitos que a exposição exagerada frente à televisão, computador e vídeos games podem provocar nas crianças, elas tornam-se menos sensíveis á violência, e conseqüentemente, a diminuição dos raciocínios morais. Isso não quer dizer que impeça totalmente o desenvolvimento de uma moral na criança, mas, é provável que afete de alguma forma (retardando) em relação aos julgamentos morais das crianças a cerca de situações reais.

Para a criança que estar em fase de desenvolvimento, confundindo o real do imaginário, é fundamental que a família e até mesmo a escola ajudem a distinguir a ficção, do real, as boas ações das más. É na troca com o professor, colegas e com os pais que a criança constrói seu conhecimento. Ferrés (1996, p.16), afirma que:

[...] o importante, de qualquer forma, é criar o hábito de estabelecer esta relação dialética, de tal forma que o individuo se enriqueça por meio do confronto constante entre a televisão e a realidade.

Entretanto, Os meios de comunicação, do ponto de vista educacional, tornam-se nocivos quando não existe reciprocidade. Os adultos devem saber manter com a criança um diálogo frutífero durante a programação, de acordo com Ferrés (1996, p.104), *“não basta que a criança não fique fisicamente sozinha diante da TV. É necessário que ela não se sinta como espectador, que compartilhe a experiência, que possa dialogar, comparar”*.

Contudo, entende-se que a solução não é proibir o uso, e sim fazer uma análise dos programas, visando á idade das crianças, o tempo que vão ficar expostos, ajudá-las a criticar. Outra solução, talvez a melhor, é proporcionar-lhes outras atividades mais saudáveis, ou até mesmo, programas na televisão que sejam educativos e bons, dirigidos á idade certa, e mesmo assim, sem esquecer-se de impor limite de tempo.

¹ (Revista Isto É, p. 54, 2000).

2 OS LIMITES, UMA QUESTÃO ESSENCIAL

Discussões intermináveis surgem entre os educadores, pais e filhos, nos quais questionam as ordens do que é aceitável ou não em suas condutas. Esses desencontros provocam conflitos que dificultam a convivência. Nas escolas, professores e orientador queixam-se da impossibilidade de colocar limites em sala de aula e ficam confusos quanto a não permitir certas atitudes inadequadas. Essa falência de regras e de autoridade prejudica sobremaneira o processo de ensino/aprendizagem.

Erikson apud Kaplan (1997, p.57) definiu a infância como a saída das crianças para o mundo e através da iniciativa contra a culpa, estas desenvolveriam os limites entre o que desejam e o que lhes dizem o que devem fazer, transformando os valores internalizados pelos pais/professores em auto-obediência, autocondução e autopunição, por meio do senso moral de certo/errado de sua consciência.

Segundo Costa e Costa (2002), limites são regras ou normas de condutas que devem ser passadas para as crianças desde a mais tenra idade, pois, a imposição de limites é parte essencial da educação de uma criança, possibilitando melhor equilíbrio quanto a seu desenvolvimento moral, psíquico, afetivo e cognitivo, organizando suas relações sociais.

Para o autor, ao se colocar regras para as crianças, as preparamos para a vida real, onde nem tudo acontece do jeito e na hora que se quer. Portanto, durante o processo de desenvolvimento é importante saber que a lei na criança é internalizada, pois, ela nasce amoral por ainda não ter internalizado as regras e aos poucos se torna capaz de moralidade quando guarda para si as leis.

Ao longo dos tempos, a educação das crianças vem sofrendo resignificações, Surgiram críticas ao autoritarismo anterior estabelecido por nossos pais e avós. Com isso a imposição de limites na infância estimulou vários estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento infantil, por especialistas em educação infantil, que diziam ser esta

uma conduta inadequada. Entretanto, hoje, estes especialistas defendem que as crianças precisam aprender a obedecer aos limites por serem estes fundamentais para formação de adultos equilibrados e seguros.

Portanto, duas lições devem ser retiradas da teoria Piagetiana, primeiro, a moral surge através de sua forma heterônoma; portanto, o nascimento do sentimento de obrigatoriedade, o respeito, nasce de uma relação assimétrica na qual alguém exerce a função de autoridade. A segunda, decorrente da primeira, se a criança não encontra pessoas que exerçam sobre ela alguma forma de autoridade, não desenvolverá esse sentimento necessário à moralidade.

Assim, como Freud e Durkheim, Piaget interpreta o surgimento da moral como resultado de uma pressão externa à criança. E, como eles, acham que o início da educação moral é responsabilidade dos adultos, notadamente pais e professores, É que coloca valores e limites à ação de seus filhos e alunos. Se os adultos não desempenham essa função de autoridade, para Freud, não inspirarão medo, para Durkheim, não desenvolverão, na criança, o espírito de disciplina e, para Piaget, não desencadearão nela o surgimento do sentimento do respeito moral.

Bovet apud Araújo (1993) afirma que a obrigação da consciência nas crianças tem duas condições: que o indivíduo receba ordens, e que respeite a fonte das ordens, porque, se não houver respeito, a ordem não será aceita. Ele entende o respeito, como sendo fruto da coordenação entre dois sentimentos, o afeto e o medo.

Diante dessa coordenação dialética entre esses dois sentimentos nas relações interindividuais é que surgirá, por exemplo, a obediência da criança aos pais, professores e aos mais velhos. De acordo com Bovet, para que o respeito à regra se torne uma obrigação, esses dois sentimentos devem estar presentes.

Para Piaget (1930), entretanto, o sentimento de respeito baseado no afeto e no medo explica apenas o respeito unilateral, e não o respeito mútuo, que tem como base um sistema de equilíbrio. Para ele, as relações com base no respeito mútuo é que permitirão ao sujeito construir estados de heteronomia mais elaborados.

Durante o desenvolvimento humano, o egocentrismo infantil gradualmente cede lugar a um processo mais amplo de socialização, colocando a criança em contato com um mundo cada vez mais complexo e rico na convivência constante com sujeitos da mesma idade.

Contudo, esse novo momento, que é também de grandes transformações no campo cognitivo, abre espaço para que ocorra o processo de cooperação, quando a criança irá se confrontar com pontos de vistas de outros sujeitos com os quais não mantém relações que engajem o respeito unilateral. A partir desse processo de cooperação que o respeito unilateral pode ceder espaço para o surgimento de um outro tipo de relação, que é o respeito mútuo, quando gradualmente as relações da criança podem deixar de se basear somente na obediência para se basear na reciprocidade. Essa relação de respeito mútuo poderá substituir a imposição pela cooperação.

La Taille (2001, p.12), trás uma nova concepção sobre limites, aquele que não deve ser pensado apenas como ponto extremo, como fim, como limitação. Limite significa também, aquilo que pode ou deve ser transposto. Toda fronteira, todo limite separa dois lados. O problema reside em saber se o limite é um convite a passar para o outro lado ou pelo contrário, uma ordem para permanecer de um lado só. Ora, na vida, na moralidade, as duas possibilidades existem “o dever transpor e o dever não transpor”.

Segundo o autor, destaca o lado positivo do limite como o que deve ser transposto. Se acompanharmos o desenvolvimento das crianças já na primeira infância, observamos o empenho que demonstram na tentativa de superar as limitações de sua idade, são movimentos direcionados para ampliar os próprios horizontes, como molas afetivas que buscam conquistar algo que lhes era impossível anteriormente, por exemplo, podemos assinalar um grande número de circunstâncias no desenvolvimento do ser humano que, para conquistar algo que o permita evoluir e amadurecer tem que transpor limite.

Os limites que não deve ser transposto e deve ser respeitado no sentido restritivo do termo, remete aos valores que direcionam as condutas sociais. Faz parte do processo educativo e cultural de uma sociedade, e a ausência dessa prática

provocaria o retorno ao estado selvagem em que vale a lei do mais forte. Segundo ele, essa concepção de limites nos coloca frente a frente com noção de liberdade, ressaltando que ações são normalizadas em nome da cultura dessa sociedade.

Percebe-se que hoje em dia, no meio em que vivemos a liberdade é grandemente incentivada, torna-se, pois difícil para pais e educadores discernirem em que situações devem ou não ser severos, porque a severidade passou a ter uma conotação negativa, sendo encarada como uma forma de autoritarismo, o que gera a insegurança, quanto à tomada de decisões.

Quanto a isso Tiba (1996), concorda que:

Para que se possa estabelecer limites é necessária a presença de uma autoridade saudável é algo natural que deve existir sem descarga de adrenalina, seja para se impor ou se submeter, pois, é reconhecida espontaneamente por ambas à parte. Assim, o relacionamento se desenvolve sem atropelos. Já o autoritarismo, ao contrário, é uma imposição que não respeita as características alheias, provocando submissão e mal estar, tanto do que impõe, quanto do que se submete. (TIBA, 1996, p.13).

Desse modo, quando se menciona a falta de limites e valores na escola, focaliza-se o desrespeito às regras estabelecidas. Apesar de a educação moral estar relacionadas às regras, aos limites nem todas as regras tem vínculo com a moral, porém, é relevante ser observado a forma com que foi estabelecida, se imposta coercitivamente, ou estabelecida com base em princípios democráticos. Se caso for imposta autoritariamente, o sujeito pode não sentir obrigado a cumpri-la, e a falta de limite pode ser um protesto em relação ao autoritarismo.

Assim, o fato concreto da criança nessa fase não cumprir as regras dentro da escola, precisa ser analisado com cuidado, observando a natureza e a forma com que aquelas foram estabelecidas.

Tradicionalmente, o método que vem sendo utilizado através dos tempos para lidar com essas crianças é o da repressão, por meio de instrumentos, de coação colocada pela sociedade à disposição dos educadores. Porém esses métodos só funcionam com os sujeitos que temem a autoridade, porque o sentimento de medo

ou de afeto não está presente em suas relações, ignoram as ordens e regras impostas e, pelo contrário, quanto mais o professor se irrita e grita, por exemplo, eles se satisfazem internamente.

Entende-se que o estabelecimento de limites decorre de uma educação moral, através deles, as crianças aprenderão que os direitos dos outros são iguais aos seus, que todos temos os mesmos direitos e deveres. Por isso, os limites se tornam essenciais na medida em que também forem baseados no respeito às crianças, que o “não pode” sejam explicados e ditos quando realmente houver uma razão concreta.

Os limites são importantes para a formação da personalidade. São eles que vão ajudar a criança, a desenvolver a capacidade de suportar frustração. Sabe-se que crianças sem disciplina tendem a se tornar adolescentes e adultos que não sabem adiar seus desejos tendo dificuldades em lidar com seus próprios impulsos e, até mesmo, com a realidade.(ZAGURY, 2001, p.43).

Torna-se essencial, para uma boa educação que pais e professores acreditem na imposição de regras e limites nas crianças, como, um processo natural de compreensão e desenvolvimento.

3 EDUCAÇÃO MORAL: INTERAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

Na concepção de Aquino (1996, p.47), a escola e a família são as duas instituições responsáveis pela educação num sentido amplo. O processo educacional depende da articulação desses dois âmbitos educacionais. Um não substitui o outro, deve sim, complementar-se. Se tanto a família como a escola é as principais responsáveis pela formação da criança ou do adolescente, é preciso que haja coerência entre princípios e valores de uma e outra, evitando confrontos entre professores, alunos, família e escola, o que efetivamente favoreceria o surgimento de rebeldia e comportamentos indisciplinados.

Nesse sentido, a estruturação escolar não poderá ser pensada apartada da familiar. Sendo assim, o sucesso do processo educacional, depende da articulação destes dois âmbitos institucionais que não se justapõem, antes, são duas dimensões que na melhor das hipóteses, complementam-se.

Espera-se da escola e da família que interagem constantemente como sujeitos, pois, ambas precisam focar suas atenções para os novos padrões de atitudes e comportamentos. Atualmente convivemos num mundo cada dia mais imprevisível, interdependente, desafiante, onde não comporta mais visões unilaterais e preconceituosas, mas, fundamentalmente vincular visões alternativas, intra e interpessoais, responsabilidades, valores, direitos e etc.

Levando-se em consideração que a família é o primeiro grupo com o qual a criança convive e seus membros são exemplo para a vida. A família imprime as primeiras disposições mentais e morais com as quais a criança vai perceber o mundo social, que mais tarde vão ser complementadas e formalizadas pela escola.

Para Aquino (1996, p.98), *“é impossível negar, portanto, a importância e o impacto que a educação familiar tem (do ponto de vista cognitivo, afetivo e moral) sobre o indivíduo. Entretanto, seu poder não é absoluto e irrestrito”*. Para resguardar a efetividade de sua função educativa, a estrutura familiar precisa adaptar-se as

circunstâncias novas e transformar determinadas normas, sem deixar, no entanto, de construir um modelo de referências para os seus membros.

Gokhale (1980) acrescenta que a família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida social. A educação bem sucedida da criança na família é que vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando for adulto... A família, antes da escola, tem sido a influência mais poderosa no desenvolvimento da personalidade e caráter das pessoas.

Diante disso, percebe-se a importância da presença familiar no contexto escolar, constituindo em direito publicamente reconhecido na legislação nacional e nas diretrizes do Ministério da Educação aprovados no decorrer dos anos 90, prescrito no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8069/90), nos artigos 4º e 55º; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), artigos 1º, 2º, 6º e 12; No plano Nacional de Educação (aprovado pela Lei nº 10172/2007), que define como uma de suas diretrizes a implantação de conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar, composta também pela família. Além de, recentemente, o MEC ter instituído o dia 24 de abril, como o dia nacional da família na escola, visando aproximar as relações entre as instituições.

A escola, depois da família tem sido considerada a segunda instância responsável pela educação da criança, no qual já enfatizavam os filósofos do Iluminismo, em particular Kant, que acentuara a importância da educação formal para a formação do caráter do cidadão.

Portanto, pressupõe-se que tanto a família como a escola, buscam os mesmos objetivos, fazer a criança desenvolver-se em todos os aspectos. Porém, sabe-se que historicamente, a escola e a família têm buscado separadamente a adequação necessárias às mudanças sociais e estruturais que se apresentam cada vez mais desafiadoras e radicais.

Concomitantemente, nem sempre existiram consenso e harmonia entre as instituições, muitas vezes situações são pontuadas por desinteresses, preconceitos

e conflitos, de certa forma, são prejudiciais para o sucesso escolar e para os próprios educandos.

A escola, como sistema aberto que compartilha funções e que se inter-relaciona com outros sistemas que integram todo o contexto social, torna-se uma instituição que recebe exigências de outras instituições e na qual convivem formas de agir diversas, muitas vezes desordenadas e freqüentemente contraditórias. Também os pais, com diferentes condições sócio-culturais, costumam esperar da escola, tarefas educativas e até mesmo que a escola assuma ações que seriam próprios da família.

Segundo La Taille (1999), afirma existir uma crise moral e ética que atinge tanto a escola quanto às famílias, e uma empurra a responsabilidade da educação das crianças para a outra. "Muitos professores acusam os pais de não darem, por exemplo, limites a seus filhos, e muitos pais acusam a escola de não ter autoridade e não impor a disciplina". Porém, ele completa, "tanto uma quanto à outra tem grande responsabilidade no desenvolvimento moral e ético das crianças",

Para isso, é fundamental que a escola conheça os alunos e as famílias com as quais lidam, identificar suas características e peculiaridades, são informações essenciais para se construir propostas educacionais compatíveis com a realidade dos educandos. Pois a interação, a troca de saberes com a família e os demais profissionais que se relacionam direta ou indiretamente com a criança, é que vai ser o diferencial na formação moral desse aluno.

Para Silva (2008), um ponto que faz a maior diferença nos resultados da educação é a proximidade dos pais no esforço diário dos professores. No entanto, ainda, São poucas as escolas que se esforçam para ter essa aproximação maior com as famílias, ou que realize ações nesse sentido.

É evidente que a família e a escola representam pontos de apoio e sustentação na vida do indivíduo, portanto, a interação entre ambas, precisas ser cada vez maior. Pois, quanto melhor for a comunicação, mais positiva serão os resultados na formação do bom caráter na criança.

Por esse raciocínio, a escola, em parceria com a família, precisa trabalhar não só os conhecimentos sistematizados, mas, também, que desenvolva conhecimentos sobre educação moral e noções de limites com seus alunos. E o caminho para esse trabalho deve ser, sem dúvida, aquele que vai além das relações unilaterais e individuais, mas, construir relações de diálogo e respeito mútuo.

4 RESULTADO.

Neste trabalho de campo foi utilizado, como instrumento de pesquisa, a coleta de dados, através de entrevistas, que foram realizadas individualmente com duas professoras de educação infantil e duas coordenadoras, nas escolas onde as mesmas trabalham. A abordagem foi qualitativa, levando em consideração um tipo de estudo investigatório que permite descrever as informações e relatos das entrevistadas.

A princípio foi necessário um primeiro contato com as escolas, solicitando o dia e a hora para entrevista, totalizando quatro visitas, sendo duas, na Escola Comunitária e mais duas na Escola Municipal, esta, localizado no bairro Caminho de Areia, e a outra no bairro do Uruguai, ambas, inseridas nas proximidades da Cidade Baixa em Salvador, ministram aulas nas modalidades de educação infantil e ensino fundamental de 1º ao 5º ano.

As escolas participantes dessa pesquisa apresentam contextos sócio-culturais e econômicos semelhantes, atendem a mesma clientela, crianças de classe baixa, inseridas num ambiente com sérios problemas sociais, de violência, desemprego, famílias desestruturadas, tráfico de drogas, falta de saneamento básico e precariedade quanto á saúde pública, além de outros.

Para fim de identificação e melhor análise, denominaremos as siglas, **C**, Para Escola Comunitária e **M**, Para a Escola Municipal. As professoras serão identificadas pelas siglas **Pc**, professora da escola comunitária, **Pm**, professoras da escola municipal, **Cc**, coordenadora da escola comunitária, e **Cm**, para coordenadora da escola municipal. Sendo assim, os dados logo abaixo apresentarão os perfis das entrevistadas.

QUADRO 1: Perfil dos entrevistados

PARTICIPANTES	SEXO	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	IDADE	TEMPO DE TRABALHO	TURMA	COLÉGIO
Pc	F	Pedagoga/nível superior	38	12	Ed. Infantil G.4	C
Pm	F	Pedagoga/psicopedagoga	36	15	Ed. Infantil G.5	M
Cc	F	Pedagogia/nível superior	29	11	Edc. Infantil/Ens. Fund I	C
Cm	F	Pedagoga/Psicopedagoga	42	+ 20	Edc. Infantil/Ens. Fund I	M

Fonte: Pesquisa de Campo: Salvador, Junho 2009.

A partir desses aspectos, foram entrevistados quatro profissionais na área educacional, todos do sexo feminino, com faixa etária variando entre 29 a 42 anos, tendo como formação profissional às áreas de pedagogia, nível superior, e psicopedagogia. O tempo ou experiência de trabalho na área variou de 11 a 20 anos.

Nas entrevistas com as professoras, traçaram-se questões norteadoras que buscou conhecer, Como elas lidavam com situações de conflitos com as crianças? Quais as conseqüências sentidas no contexto de sala de aula? E quais as estratégias utilizadas? Finalmente, procurou-se saber sobre a percepção dos educadores em relação à possibilidade de se desenvolver um trabalho (projeto) pedagógico de educação moral, baseado na construção de limites e valores, principalmente, na educação infantil.

Logo, apresenta-se nos quadros abaixo, o resultado da pesquisa referente às perguntas e respostas dos profissionais envolvidos, além, das análises de cada item questionado. Buscou-se comparar as opiniões emitidas pelos educadores das instituições pesquisadas, com o intuito de se obter uma melhor compreensão sobre o assunto.

QUADRO 2: PERGUNTAS E RESPOSTAS

PERGUNTAS E RESPOSTAS	
PERGUNTA (1)	EXISTEM CRIANÇAS NA SALA DE AULA (ESCOLA) QUE APRESENTAM COMPORTAMENTOS, INDISCIPLINADOS, SEM LIMITES? QUANTOS?
Pc	No início do ano, em março, boa parte das crianças tinham algum tipo de problemas em seus comportamentos, porém, agora só tenho apenas um aluno.
Pm	Sim, metade da sala apresenta essas condutas, sendo que, quatro alunos, que considero os mais “danadinhos”, pois, eles conseguem contagiar a maioria das crianças.
Cc	Sim, não measurei porque são casos individuais.
Cm	Inúmeras, aqui nessa escola, existe uma quantidade muito grande de alunos, entretanto, não sei definir agora um número exato.

Fonte: Pesquisa de campo: salvador, Junho, 2009.

Em vista do que foi exposto pelos educadores, identificou-se à presença constante de comportamentos associados à indisciplina, falta de limites e valores morais no contexto escolar das duas instituições. Entretanto, notou-se que esses fenômenos se mostraram com maior intensidade na Escola Municipal do que na Escola Comunitária.

Com isso, permite-se ratificar a hipótese de que atualmente as crianças da educação infantil e, de modo geral, vem manifestando condutas e atitudes que geram conflitos no seu contexto de relação, e principalmente, estão reproduzindo esses comportamentos no ambiente de sala de aula.

QUADRO 3: PERGUNTAS E RESPOSTAS

PERGUNTAS E RESPOSTAS	
PERGUNTA (2)	VOCÊ JÁ VIVÊNCIOU SITUAÇÕES DE CONFLITO? E QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS SENTIDAS NA SALA DE AULA (ESCOLA) EM RELAÇÃO A ESSA SITUAÇÃO?
Pc	Já, egoísmo, ou melhor, egocentrismo, a criança não queria dividir nem compartilhar de jeito nenhum, queria tudo para si, caso algum colega tomasse, ele agredia, batendo, chutando, mordendo. Considero até normal, pela fase, porém precisou ser trabalhada, foi duro, mas ele melhorou, agora ele só faz birra. Também, tinha um que desrespeitava os colegas fazendo gestos obscenos.
Pm	Sim, muitas! Por exemplo, alguns alunos têm atitudes de rebeldia e agressivas com seus coleginhas e até mesmo comigo. Na semana passada, um aluno, rasgou e destruiu as atividades dos outros, foi um chororó, situação complicada e difícil.
Cc	Sim, várias atitudes, falta de respeito, invasão de individualidade, falta de tolerância com o jeito de ser dos outros. As crianças trazem para a escola muitos problemas vivenciados em casa, como desemprego dos pais, drogas, alcoolismo entre outros.
Cm	Várias! Através de mentiras, desobediência, brigas etc. Pior que os alunos, são os pais, que provocam verdadeiras situações constrangedoras na escola, atribui a culpa e responsabilidade na direção ou no professor, quando algo acontece com seus filhos.

Fonte: Pesquisa de Campo: Salvador, Junho, 2009.

No contexto acima, constata-se que tanto professoras quanto coordenadoras de ambas as escolas, já vivenciaram e convivem com situações de conflitos envolvendo o comportamento moral das crianças. Foram apontadas a agressividade, como a principal consequência observadas nas atitudes das crianças em sala de aula, seguida de desrespeito, intolerância e mentiras. As educadoras enfatizaram ainda que, as causas, estão relacionadas a desestrutura familiar e falta de educação dos mesmos (pais), como reflexos dessas condutas.

QUADRO 4: PERGUNTAS E RESPOSTAS

PERGUNTAS E RESPOSTAS	
PERGUNTA (3)	COMO VOCÊ LIDA COM SITUAÇÕES DE CONFLITOS EM SALA DE AULA?QUAL A SUA ATITUDE?
Pc	Tenho um cantinho aqui na sala reservado, lá eu coloco o aluno para refletir, repensar sobre suas atitudes, além de conversar com ele e explicar o porquê dele estar naquele lugar, faço também, com que ele peça desculpas, evito atitudes do tipo retirar o recreio.
Pm	Primeiro, converso, se não funcionar tento colocá-los separados, o último recurso é levá-lo para a diretoria ou coordenação, em seguida converso com os pais, mas, nem sempre resolve.
Cc	Através do diálogo, primeiramente com as crianças e depois com as famílias envolvidas. Analiso todos os fatos, converso com os envolvidos.
Cm	Coordeno todas as turmas da escola, o que fazemos como medida é enviar advertência e chamamos os pais para uma conversa, mesmo se as crianças forem pequenas, se as atitudes forem de agressão, desrespeito com o professor e os colegas, agimos dessa forma, a fim de conscientizar e alertar os pais.

Fonte: Pesquisa de Campo: Salvador, Junho, 2009.

Percebe-se diante das respostas das entrevistadas que o instrumento mais utilizado como medida de intervenção pedagógica para a melhoria desses comportamentos, é o diálogo, primeiro com as crianças, depois com os pais. Entretanto, verifica-se também, que as educadoras utilizam-se de práticas punitivas e de sanções, sendo que, na escola comunitária a ênfase atribuída a essas práticas apresenta-se de forma mais democrática e reflexiva, enquanto que a escola Municipal a punição se torna mais evidente e imposta.

QUADRO 5: PERGUNTAS E RESPOSTAS

PERGUNTAS E RESPOSTAS	
PERGUNTAS (4)	EM TERMOS PEDAGÓGICOS UTILIZA ALGUMA ESTRATÉGIA PARA AMENIZAR OU MELHORAR A CONVIVÊNCIA?
Pc	Várias, através da má conduta da criança, invento uma historinha utilizando fantoches, com a participação de todos, levo-os para ouvir e cantar músicas faço juntamente com eles, atividades artísticas, trabalhamos com desenhos animados, filmes, discutimos sobre as ações dos personagens se são boas/certas ou más/erradas, também estabelecemos combinados e regras.
Pm	Nada especial, exclusivo só para aquelas crianças, procuro trabalhar em conjunto, com todos da turma. Se ler uma historinha é para todos, se fazemos uma atividade de artes, fazemos com todos, porém nem sempre as crianças indisciplinadas participam como desejaria, e isso acaba prejudicando a eles mesmos.
Cc	Sim, envolve-las cada vez mais em trabalhos diferenciados, utilizar a linguagem artística, para trabalhar as emoções e sentimentos, aproximar a família da escola e resgatar valores perdidos.
Cm	A escola pública tem como objetivo acolher essas crianças, porém, não temos muito apoio, minha intervenção se dá através dos ACs, com os professores, no qual discutimos e procuramos soluções, no momento não temos nenhum projeto oficial nessa área, mas, deixamos por conta da criatividade dos professores no desenvolver de seus trabalhos em sala de aula.

Fonte: Pesquisa de Campo: Salvador, Junho, 2009.

Observa-se neste quadro, um contraste de práticas e opiniões entre os profissionais das instituições. Na Municipal, nota-se que não existe uma atividade específica, embora, os profissionais manifestassem uma certa preocupação com a questão da inclusão dessas crianças, elas, não desenvolvem nenhuma estratégia diferenciada. Outro aspecto importante que se evidenciou foi à falta de articulação entre os profissionais. Já a instituição comunitária, percebe-se uma maior preocupação e envolvimento, utilizando-se de algumas estratégias, recursos audiovisuais, atividades lúdicas e linguagens artísticas, segundo as educadoras, como forma de se trabalhar com as emoções e os sentimentos das crianças.

QUADRO 6: PERGUNTAS E RESPOSTAS

PERGUNTAS E RESPOSTAS	
PERGUNTAS (5)	VOCÊ ACREDITA NA POSSIBILIDADE DE SE REALIZAR UM TRABALHO PEDAGÓGICO, QUE VISE DESENVOLVER NAS CRIANÇAS UMA EDUCAÇÃO MORAL, ESTABELECENDO LIMITES E CONSTRUINDO VALORES? POR QUÊ?
Pc	Certamente que sim, pois já realizo, a educação moral já faz parte da proposta pedagógica da escola. Na convivência diária com meus alunos estabeleço limites e regras, aqui eles aprendem o que pode e o que não pode ser feito. Essa proposta é fundamental, principalmente com essas crianças, a maioria não tem noção do que é certa ou errada, a família não passam esses valores para eles, e estou tendo resultados satisfatórios, se comparados com o início do ano.
Pm	Acredito, porém, com a participação das famílias e apoio da escola, porque fica complicado você sozinha realizar uma tarefa complexa como esta que envolve diversos fatores, Tento sim, trabalhar a partir dos conteúdos curriculares para educação infantil, articulando noções de cidadania, solidariedade, cooperação e respeito. Que também, faz parte de educação moral.
Cc	Sim, existem muitas possibilidades através do trabalho com projetos pedagógicos que vise o resgate de valores e a construção de novos. Não podemos desistir jamais! Dessas crianças, pois estaremos deixando de cumprir a nossa missão na educação.
Cm	É importante, mas, enfrentamos na educação outras dificuldades como evasão, repetência, deficiência na escrita e leitura, péssimas condições de trabalho, baixos salários, temos que criar projetos para melhorar muitas coisas, não só o comportamento das crianças, entretanto, a educação moral pode até ser um caminho, para melhorar outros.

Fonte: Pesquisa de Campo: Salvador, Junho, 2009.

Com relação à análise desta questão, verificou-se que todos os entrevistados concordam na possibilidade de que, um trabalho pedagógico de educação moral, poderá contribuir e melhorar efetivamente os conflitos e o comportamento das crianças na sala de aula. Porém, observando-se as respostas da escola Comunitária, percebe-se que, a instituição já desenvolve dentro da sua proposta pedagógica um projeto que trabalha com educação moral, no qual enfatizam o resgate de valores, enquanto que, na escola Municipal, os profissionais apontaram a

participação da família como importante, e outros aspectos relacionados à educação, considerados como mais urgentes.

Considerou-se como objetivo geral deste estudo, analisar como os professores lidavam com os conflitos (problemas) em relação ao comportamento moral das crianças na sala de aula, e, a possibilidade de desenvolver um trabalho pedagógico através da educação moral, visando construir valores e estabelecer limites. Todavia também se traçaram os objetivos específicos, sobre as conseqüências percebidas na sala de aula e as estratégias utilizadas frente ao problema.

A conclusão das análises permite apontar que os profissionais das instituições pesquisadas diagnosticaram a existência de conflitos em relação ao comportamento moral das crianças, os alunos não respeitam o ambiente escolar e nem o grupo, além de transpor os limites da boa convivência. Isso tem provocado um mal estar nas pessoas que convivem com essas crianças; Os educadores não enfatizaram a relação do ensino/aprendizagem com a situação; Identificaram a agressividade e o desrespeito como as principais conseqüências em relação à falta de limites e valores. Atitudes como xingar, bater, fazer gestos obscenos e etc; Apontaram a desestrutura familiar, a ausência de educação dos pais e o contexto social na qual as crianças convivem, como sendo, aspectos que contribuem para o agravamento destas situações.

No que tange a forma com lidam e as estratégias desenvolvidas, verificou-se algumas divergências. Na escola Municipal, foi perceptíveis um certo comodismo com a situação, falta de articulação e desmotivação entre os profissionais. O que não se evidenciou com a escola Comunitária, os educadores dessa instituição se mostraram mais comprometidos, confiantes e motivados com os trabalhos desenvolvidos com as crianças, envolvendo não só os aspectos cognitivos, mas, também os aspectos relacionados com a educação moral, isso foi ratificado na fala entusiasmada da coordenadora, "*não devemos desistir jamais dessas crianças! Pois, estaremos deixando de cumprir a nossa missão na educação*".

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi discutido e, através dos resultados obtidos na pesquisa com as instituições, pode-se concluir que o trabalho pedagógico com educação moral poderá contribuir de forma significativa nas soluções dos conflitos. A partir do exemplo encontrado na escola Comunitária, percebe-se que a educação moral com crianças parece ser uma forma viável, propícia de ser desenvolvida e que poderá promover transformação no modo de pensar e agir das crianças.

Para isso, sugere-se aos educadores como referencial, o conceito de Zona de Desenvolvimento proximal, postulado por Vygotsky (1998), no que concerne o desenvolvimento e aprendizagem, possibilitando não só a escola (professor), mas, também a família, interagirem como agentes mediadores na construção de raciocínios e condutas morais. Sendo, no nível de desenvolvimento potencial, no qual se refere àquilo que a criança é capaz de fazer, só que mediante a ajuda de outra pessoa. Nesse caso, a criança realiza tarefas e soluciona problemas através do diálogo, da colaboração, da imitação, da experiência compartilhada e das pistas que lhes são oferecidas.

Vygotsky (1998, p.112), A zona de desenvolvimento proximal é à distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através de solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração de companheiros mais capazes.

O brinquedo é considerado para Vygotsky (1998), uma estratégia pedagógica interessante, segundo o autor, toda situação imaginária contém regras de comportamento condizentes com aquilo que está sendo representado pela criança. Mesmo havendo uma significativa distancia entre o comportamento na vida real e o comportamento no brinquedo, a atuação no mundo imaginário e o estabelecimento de regras a serem seguidas criam uma zona de desenvolvimento proximal, na medida em que impulsionam conceitos e processos em desenvolvimento.

Estabelecer limites e construir valores com as crianças são aspectos considerados atualmente necessários, entretanto, não se conquistam através de imposições ou medidas punitivas. Do ponto de vista educacional, em vez de propor uma pedagogia moral, que privilegie a influencia do adulto (do professor) sobre a criança, Piaget (1977), aconselha promover relações de cooperação entre as crianças, relações que promovam a descentração, e, em decorrência, maior apropriação racional, por serem baseados no dialogo e acordo.

Portanto, o diálogo se torna a peça chave no desenvolvimento de uma conduta moral, e a principal medida como forma de evitar os conflitos e desgastes no ambiente de sala de aula. Através dele pode-se chegar a acordos, além de ensiná-los a refletirem sobre as atitudes, o professor poderá criar situações onde a criança possa experimentar a cooperação, o respeito em relação ao outro e, assim paulatinamente construir sua moralidade.

É preciso ainda, que na prática em sala de aula, com o apoio de informações teóricas sobre as características do comportamento emocional e usando sua capacidade de análise reflexiva, o professor deve buscar identificar, nos fatores implicados em cada situação, aqueles que agem como combustíveis para o agravamento da crise. Quanto maior clareza o professor tiver dos fatores que provocam os conflitos, mais possibilidade terá de controlar a manifestação de reações emocionais e em conseqüência, encontrar caminhos para solucioná-los.

Vasconcelos (2001, p.45), explica que o professor precisa acima de tudo ser “ético”, pois é importante que seja capaz de exercer sua função com firmeza e caráter, “Profissional”, no sentido de ter responsabilidade em preparar suas aulas e por fim, “humano”, para que possa respeitar o próximo como pessoa.

Desse modo, a formação profissional do educador é um aspecto relevante, e que poderá fazer a diferença, quanto mais bem preparados e orientados efetivamente estiverem nesse sentido, conseqüentemente, melhores condições e sucesso terá diante de situações de crise envolvendo o comportamento moral das crianças.

Nesse sentido, ainda vale ressaltar, sobre o currículo oferecido pelas universidades nos cursos de pedagogia, não contemplam e tão pouco preparam os futuros profissionais de educação para o enfrentamento de situações problemas concretas, relativos aos comportamentos dos indivíduos. É preciso que essas instituições revejam e adaptem suas propostas curriculares as novas necessidades, que fazem parte do dia a dia do ambiente escolar.

Um fator que pode contribuir é a escola manter uma comunicação ativa com os pais, não por meios de reclamações, mas por intermédio de acordos e situações que os envolva, de forma sutil, flexível, criando possibilidades de participação, promovendo eventos informativos, culturais-artísticos, de forma que transmitam mensagens de reflexão e efeito.

Educar alguém, no contexto de um mundo de incertezas, contingências e ambientes plurais, mais do que incorporar valores e comportamentos preestabelecidos significa aprender a lidar com incertezas. A capacidade de gerenciar conflitos torna-se uma das tarefas centrais da educação moral. Com este conceito entende-se não apenas a administração de conflitos, mas ação positiva sobre as relações conflituais. O comportamento conflitante é parte positiva da estratégia da práxis humana. Sendo inclusive, na perspectiva desses conflitos e contradições, inerentes à própria realidade, que se abre à possibilidade da construção de um novo modo de vida para o indivíduo e para sociedade humana.

Portanto pode-se afirmar que na escola, na sala de aula, não existem problemas (conflitos) que não possa ser resolvido, existem “algumas crianças com problemas”, cuja formação é preciso atender de uma maneira particular. Para um real processo educativo seja ele moral ou intelectual, a solução não é excluir, os que atrapalham e sim atender a cada um conforme suas necessidades pessoais. Como são crianças em processo de formação, portanto é essencial a existência de um sistema de estímulos que favoreçam o desenvolvimento do respeito, da colaboração as regras e normas de convivência.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. G.(org). **Indisciplina na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas**. São Paulo: Summus, 1994.

ARAUJO, U. F. **Um Estudo da Relação Entre o Ambiente Cooperativo e o Julgamento Moral na Criança**. Campinas: Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: 1993.

BICUDO, Maria Aparecida, V. **Fundamentos Éticos da educação**. São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1982.

COSTA, A. e COSTA, N. **Limites e disciplina na relação pais e filhos**. Belém: UFPA, 2002.

BORDAS, M. A. G. **Dinâmicas de constituição de identidade e moralidade em contextos intersubjetivos: Discussão de práticas docentes para o desenvolvimento de uma consciência reflexiva**. Salvador: UFBA,2000.

DURKHEIM, E. **Sociologia, Educação e Moral**. Porto. Rés Editora, 1974.

Edição Standart Brasileira Das Obras Psicológicas Completas De Sigmundo Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FERRÉS. Joan. **Televisão e Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GALVÃO. I. Henri Wallon. **Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 4ª edição. 1998

KANT, Emmanuel; **Réflexions Sur l' Education**. Paris: I. Vrin, 1980.

_____ ; **Sobre a Psicologia**. Trad. De Francisco Cock Fontanella. 2ª ed, Piracicaba: UNIMEP, 1999.

KAPLAN, H. I. SADOCK & GREEBB,J.A : **Compêndio de Psiquiatria. Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clínica**. 7ª Ed. Porto Alegre: Artemed, 1997.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394. de 20 de Dezembro, 1996. Disponível em
> WWW. Planalto.gov.br/ccivel_03/leis/9394.htm

MACEDO, Lino. (org). **Cinco Estudos de Educação Moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

MILANE, F. M. **Paz ou Violência na Escola?** Revista de educação CEAP – ano 11 – nº 41, Salvador, Jun/2003.

MORENO, M, C. CUBERO, R. **Relações Sociais nos Anos Pré-Escolares: Família, escola, colegas.** Desenvolvimento Psicológico e Educação Evolutiva. Porto Alegre: Artes médicas, vol.1, 1995.

PAPPA, J. S. **A (in) disciplina e a Violência Escolar: Segundo a Concepção de Professores do Ensino Fundamental.** Tese (doutorado em educação). Universidade Estadual Paulista. Marília, 2004.

PUIG, Joseph. M. **A Construção da Personalidade Moral.** São Paulo. Ática, 1998.
PIAGET, J. O juízo Moral na Criança (1932). São Paulo: Summus, 1994.

RIGO, Rosangela Maria dos Santos; **Escola e Família: Uma Relação De Ajuda Na Formação do Ser Humano.** Disponível em <www.webartigos.com/articles/3655/1/escola-e-familia-uma-relacao-de-ajuda-na-formacao-do-ser-humano> Acesso em: 03.05.2009.

SAMALIN, N. JABLOW, M.M. **Amar seu filho não basta.** Uma nova visão da indisciplina infantil. 10ª edição. São Paulo: Saraiva, 2000.

SILVA, Sonia das Graças Oliveira; **A Televisão e a Criança.** Disponível em: <<http://www.artigos.com/artigos/humanas/educacao/a-televisao-e-a-crianca-2-2805/artigo/>> Acesso em: 03.05.2009.

SILVEIRA, C.I. **Agressividade Infantil.** Dissertação – Universidade de Santa Catarina, 2003.

TAILLE, Y. La . **Limites: Três dimensões educacionais.** São Paulo: Ática, 2001.

_____. **Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão.** São Paulo: Summus, 1992.

TIBA, I. **Disciplina: O limite na medida certa.** 13ª edição. São Paulo: Gente, 1996.

VASCONCELLOS, Maria Lúcia M. C. (org). **(In) disciplina, Escola e Contemporaneidade.** São Paulo: Mackenzie, 2001.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação social da Mente.** 6ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZAGURY, Tânia. **Limites sem Traumas.** 6ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.